



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO



Márcia Pereira Guimarães

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA, COM ÊNFASE NA
AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO PRONACAMPO.

Belo Horizonte
2014

Márcia Pereira Guimarães

EDUCAÇÃO DO CAMPO COMO POLÍTICA PÚBLICA, COM ÊNFASE NA
AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO PRONACAMPO.

Monografia apresentado ao curso de
Especialização em Educação do
Campo da Faculdade de Educação,
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Charles Moreira Cunha
Coorientadora: Cristiene Carvalho

Belo Horizonte
2014

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus pela força concedida, à minha coorientadora Cristiene Carvalho pela ajuda incondicional, pela compreensão e paciência e por ser meu anjo da guarda durante todo o processo de escrita, ao meu marido pelo apoio e incentivo, à minha mãe por estar sempre comigo, ao meu filho que é a razão da minha vida.

A Deus sempre, por tornar o impossível, possível.

RESUMO

A presente monografia apresenta uma breve reflexão sobre a educação do campo como política pública, a agricultura familiar como subsídio da educação a partir da criação do Pronacampo, partindo da concepção de educação do campo como política pública, conquistando espaços que são imprescindíveis para a agricultura familiar, pois conseguem qualidade com o conhecimento das técnicas e o apoio necessário que os programas que auxiliam os agricultores, o pronacampo que está em destaque no auxílio e informação aos trabalhadores rurais, com esse conhecimento das técnicas existentes para o manejo e cultivo os agricultores conseguem produzir com qualidade.

Palavras-chave: Educação do campo, agricultura Familiar, Políticas Públicas e Pronacampo.

LISTA DE SIGLAS

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
AJENAI - Associação Jenipapense de Assistência à infância
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
DME - Departamento Municipal de Educação
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
CUT - Central Única dos Trabalhadores
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro
PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do campo
ARCAFAR – Associação Regional das casas e Familiares Rurais.
CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC - Ministério da Educação
MST – Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO DO CAMPO	12
CAPÍTULO II - A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO OLHAR DO PRONACAMPO.....	21
CAPÍTULO III.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37

INTRODUÇÃO

A educação do campo é política pública de alta complexidade, pois concorre diretamente com a educação universal. Foi uma luta iniciada pelos movimentos sociais, o MST principalmente, desde os meados do século XX. Essa luta é contínua e árdua, mas com poucas desistências, pois é uma luta que tem o seu povo firmado na terra, e quando se tem um objetivo digno de luta fica ainda mais forte, e como diz o ditado popular, a vida fica plena, quando a luta não é pequena, sendo essa luta tão importante e necessária. O programa que possibilita o auxílio de técnicas e financiamento ao povo do campo melhora muito a educação do campo, pois o povo fica mais forte a cada luta iniciada. Como direito de todos. A educação do campo começou a ter notoriedade e a ganhar espaço. A educação assume sua particularidade que é o vínculo com os sujeitos sociais concretos e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade antes de tudo ela é educação, formação de seres humanos, ou seja, a educação do campo faz o diálogo com a teoria pedagógica desde a realidade particular dos camponeses, mas preocupada com a educação do conjunto da classe trabalhadora do campo e mais amplamente com a formação humana e para que a educação do campo possa ser efetiva já foi dada os primeiros passos.

O tratamento público da educação do campo é o tema abordado por Miguel Arroyo (2012) ao reconhecer que a trajetória dos movimentos sociais do campo avança na consciência de uma educação como direito público que contrapõe a uma educação rural. Entendemos também ser este um momento político importante para aprofundarmos a discussão e juntarmos as forças para pensar e fazer reposição sobre essa política. Os movimentos sociais não só agiam de forma inédita, como traziam questões inéditas, refeitas a cada conjuntura de regime democrático formal do país. Nesse intuito foi realizada a 1ª conferência por uma educação básica do campo em 1998, que foi o movimento de iniciação coletiva de um jeito de lutar e que esta descrita na página 28 que a percepção destas outras aspirações inscritas potencialmente nas reivindicações populares e por direitos sociais.

A presente monografia educação do campo como política pública com ênfase na agricultura familiar a partir do Pronacampo surgiu de um desejo pessoal de entender a educação do campo em sua totalidade. Tomou-se como recorte de análise a agricultura familiar que é uma realidade que eu convivo, adotando o referencial do programa Pronacampo, pois acredito que é um avanço que está iniciando no município de Jenipapo de Minas - MG.

Como metodologia optei pela pesquisa bibliográfica sobre as temáticas Educação do Campo e Agricultura Familiar tomando-se como base livros e decretos oficiais que visaram instituir o pronacampo. A pesquisa feita nas bases eletrônicas de internet não foi feita, pois como moradora de uma área do campo vivencio em minha prática a falta de acesso à internet, elemento que prejudica o aprofundamento da minha pesquisa. Optei então por utilizar livros e textos que tive contato durante o terceiro módulo do curso de especialização em educação do campo.

Entende-se que a necessidade de uma educação diferenciada para o povo do campo e que essa educação seja no campo, pro campo, respeitando a cultura do povo do campo e pensando nesse processo de educação do campo como projeto de educação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. Entende-se que é um caminho longo. É preciso uma luta constante no planejamento eficácia do projeto, educação do campo como direito do povo e dever do estado. Trabalho e trabalho no campo, como outras matérias relacionadas, tipo, o que é trabalho, qual é o trabalho da família é uma trajetória que até hoje é matéria interdisciplinar traçada na educação básica, só se fala no campo uma vez por ano, no dia 1º de maio. Quando se estuda em uma escola localizada no meio rural, hoje tem os livros didáticos que fala por alto sobre o campo, a coleção Girassol dentro de uma realidade de escrita distante tentou enfatizar o campo em seu contexto. Muitos professores não conseguem trabalhar com profundidade e clareza os temas. Intenções boas si vêm, o que precisa ser concretizado de fato porque esta faltando uma capacitação para os professores que trabalham com os livros didáticos, buscando intercalar com a realidade dos mesmos.

A presente monografia partiu de um sonho de criança, que prosseguiu na adolescência e continua na fase adulta, o desejo de ver uma escola mesmo ensinando os outros conteúdos necessários, como por exemplo, Matemática,

língua portuguesa, história, geografia, ciências entre outras ensine também a realidade dos alunos, que fale a mesma língua, que escreva a mesma história, e que não fique só falando das histórias dos outros, uma vez que somos um povo riquíssimo de história, de cultura perdida, esquecida ao longo dos anos, descrever sobre a educação do campo não é fácil, espero que entre linhas conversarei com vocês e juntos possamos após uma leitura sincera e criteriosa ter expressado e repassado um imenso desejo de concretização de um sonho, ser da terra, morar na terra e realmente poder permanecer na terra sem perder a essência, conseguir mostrar ao mundo que somos capazes de avançar e escrever a nossa história, e não contá-la pra um doutor escrever, poder sermos nós mesmos os doutores escritores da nossa história é uma tarefa gratificante, e um dia chegaremos lá, e é com educação de qualidade que alcançaremos nossos objetivos; e refletir sobre educação do campo é ter a certeza do empenho e da paixão que é vencer por competência é louvável.

No primeiro capítulo, falo sobre a educação do campo, que política é esta, quais seus fundamentos e características nos dias de hoje.

No segundo capítulo, explano sobre a agricultura familiar, e hoje como está se pensando e caminhando de acordo com o programa Pronacampo.

Não poderia terminar esta introdução sem ilustrar que é essencial uma estratégia e desenvolvimento para as áreas rurais e para as áreas urbanas em geral, só a estratégia do combate à pobreza por meio de políticas compensatórias não são suficientes para tirar a situação de exclusão em que se encontra que a caminhada não se detenha apenas nos projetos apresentados no papel, que não seja só os movimentos sociais de trabalhadores e trabalhadoras rurais que busquem mudanças no âmbito da educação, que essa busca seja também das instituições de ensino, como o papel das mesmas é de promoção social, que cumpram o papel de promover o crescimento do conhecimento da população do campo, que a destinação de vagas não somente através das cotas, que a promoção seja dada por valorização da pessoa que vive e que destina sua vida a simplesmente cuidar da terra, por fim que a educação do campo não seja simplesmente através de cursos, mas que venha através da aplicação dos cursos, da divulgação que o homem do campo tem direito ao crescimento social através da educação e que esse crescimento intelectual venha para ajudar a promover a cultura do campo,

que através da educação possa qualificar pessoas para lutar pela reforma agrária, pelo direito a terra, a água, por todos os direitos que a mulher e o homem do campo precisam ter conhecimento e que por falta de conhecimento não os tem.

CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO DO CAMPO

O Brasil tem conquistado vitórias através das lutas dos movimentos sociais pela educação do campo. Essa luta dos movimentos sociais vem ganhando fôlego para lutar pelo direito do povo do campo à educação, esses sujeitos questionadores tem revolucionado as ideias inovadoras de luta tem inquietado muita gente que está no poder e as reivindicações dos movimentos sociais populares do campo. Foi a partir da organização desses povos do campo que muitas conquistas foram ganhando força e notoriedade e que cada vez, vem conquistando pessoas para fazer parte dessa luta e que vem agregando saberes que contribui ainda para informar e valorizar a mulher e o homem do campo.

Para situar a base desta reflexão é importante resgatar um debate muito produtivo, que se materializou a partir dos movimentos de base no final da década de 1950 e que, já no início da década de 1980, assume a força de concepção pedagógica, sistematizada em torno da Educação Popular, entretanto, conforme Paludo (2001) ressalta-se aqui que os teóricos críticos da educação brasileira nem sempre consideram que a Educação Popular teve sua gestão já no processo de constituição do projeto de modernidade e ao início de industrialização do país, no contexto de organização do movimento operário na década de 1930. Sendo que os contornos da Educação Popular se inovam e passam a ter maior evidência, ganhando adesões importantes, no início dos anos 1960, com os movimentos de reformas de base. Consolidando-se como concepção pedagógica nos anos 1970/80, passa a sofrer críticas contundentes no final dos anos 1980 e continua, com ganhos significativos no âmbito de sua formulação teórica e das experiências práticas, até os dias atuais. (Saviani, 2001, página 50)

Sob a ótica da classe trabalhadora, há uma idealização de um projeto de educação do campo, e essa luta está necessita de pessoas com mais informação, espaço político, intencionalidade política e transformação social com característica em promoção e incentivo a educação de crianças, jovens, adultos e uma educação continuada, entendendo o processo histórico, elevando o nível cultural no âmbito não formal, buscando diagnosticar a realidade e desenvolver práticas transformadoras, junto a um projeto de crescimento há uma organização dos movimentos sociais (MST, MPA) uma forte mobilização em prol da educação por parte da classe trabalhadora, sendo

assim, nos anos de 1960, o educador Paulo Freire sistematiza, de forma consciente e atrelada à luta das classes populares, uma pedagogia anunciada e pertencente a essas classes. Conforme Paludo (2000, p. 91), “Pela primeira vez, começa-se a conceber uma pedagogia na educação brasileira (e latino americana) que leva em consideração a realidade brasileira com vistas à sua transformação, em que as classes populares assumem papel central.” A Educação Popular no Brasil, e sua condição de concepção pedagógica, podem-se constatar conforme considerações de Paludo (2001, p. 85) que:

A emergência da concepção de Educação Popular pode e deve ser associado ao fato de as classes populares existirem e às suas condições de vida; às opções que as elites tiveram de rumos para o desenvolvimento do Brasil; ao movimento internacional dos trabalhadores; às idéias pedagógicas predominantes num determinado período; ao desejo e esperança de construção de um mundo melhor; e às possibilidades de, via educação, contribuir para a emancipação das classes subalternas e para a sua entrada no cenário político. (Saviani, 2001, página 85)

Nota-se que ao resgatar a constituição da educação popular permite compreender os princípios da educação popular, o que determina a luta da constituição da educação do campo, essa luta dada através dos movimentos sociais populares do campo desde o início do século XX, as mobilizações de massas articulava a população e criava resistência para confrontar com as ideias contraditórias aos ideais do povo camponês, esses movimentos iam se intensificando cada vez mais, com a necessidade da informação e formação do povo do campo. Desta forma, pode-se afirmar a possibilidade da Educação do Campo, na perspectiva da Educação Popular, ser considerada no sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo (SAVIANI, 2008).

Essa afirmação leva-nos a compreender a Educação do Campo como uma prática educativa que se propõem a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes menos favorecidas (PALUDO, 2001), neste caso, a classe trabalhadora que vive no campo, e tem sofrido na pele as marcas da opressão, discriminação e exploração impostas pelo capital, também e inclusive, no que se refere ao seu não acesso à educação. (Saviani, 2001, página 54)

A luta por reconhecimento do povo do campo já começou há décadas e perdura até os dias de hoje. Infelizmente ainda existem muito preconceito e

discriminação. Por isso muitas pessoas principalmente os adolescentes tem vergonha de dizer que são do campo, com medo de se tornarem alvos de chacota. Mentem, escondem suas próprias identidades e não querem nem saber onde estão suas raízes. Esses sujeitos do campo que quando saem lá fora que para os outros não falam corretos, não andam direito, não vestem bem, são ignorantes. Está sufocada dentro de si uma história de vida belíssima, mas enquanto essa realidade não mudar na educação, na política, na inserção cultural, isso não mudará.

Como diz Miguel Arroyo em seu livro “Outros sujeitos, Outras pedagogias” que:

Os sujeitos populares ao se afirmarem sujeitos políticos, sociais, culturais, éticos, de pensamento, saberes, memórias, identidades construídas nesses contextos, padrões de poder, dominação/subalternização explicitam as concepções/epistemologias não apenas em que foram conformados, subalternizados, mas, sobretudo, explicitam, põem na agenda pedagógica as pedagogias com que se formaram e aprenderam outros sujeitos. (Miguel G. Arroyo, outros sujeitos outras pedagogias, 2012 p.11).

Para se afirmar um sujeito do campo, primeiro é preciso saber o que isso significa para si e para a sociedade, acredita-se que nem todos que moram no campo têm esse conhecimento ou se identifica como do campo, por falta de conhecimento ou por identidade mal resolvida ou reconhecida no meio camponês. Às vezes, isso é tão evidente que a maioria das pessoas sai do campo e não quer mais saber do mesmo. Depois que estão na cidade, não é porque gostam mais da vida da cidade não, é porque são rejeitados e isolados quando dizem que são do campo.

O procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos quando não se dispõe de informação suficiente para responder aos problemas, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema (GIL, 2002, p.17)

Cada ser tem sua imparcialidade que se caracteriza e se define como indivíduo, mas sua identidade é definida onde mora; por alguns principalmente, as pessoas que não acreditam no potencial de uma pessoa

do campo, que não tem uma oportunidade, que já tem um pré julgamento de quem a pessoa é não tem espaço para mostrar a sua capacidade de aprender ou apresentar o que sabe; e a isolam quase em grades o que é bem pior, melhor se o fizesse.

Cada indivíduo é como diz Marx (1991), uma mônada isolada que se choca contra todas as outras na busca por sua realização. Daí por que a sociedade é vista como sendo, e realmente é composto por indivíduos competitivos, opostos entre si, cada um procurando satisfazer seus interesses e tendo os outros como inimigos não como companheiros. Daí por que a solidariedade tem que se apresentar e só pode apresentar-se nesta forma de sociabilidade, necessariamente, como caridade, como boa vontade, como assistência, ou então como união na luta por uma nova forma de sociabilidade (Tonet, 2005, p.69)

Buscam-se respostas há tanto tempo, mas fazer esse sujeito do campo se entender como sujeito do campo e acreditar que a evolução do campo está na mão dele não é tarefa fácil, mas pesquisas indicam que esse é o caminho. A questão que não quer calar é como sobreviver nesse campo sem condições financeiras adequadas, sem onde empregar os filhos, sem nenhuma estrutura para que possa ser cultivada a terra onde vive ou onde possuem, sabe-se que nos tempos atuais, o processo para aquisição de recursos é uma grande dificuldade, isso leva cada vez mais a evasão escolar, pois nota-se que há um grande número de adolescentes que deixa a escola para ir para a colheita do café. Às vezes, esses adolescentes saem da escola porque além de não vê perspectiva de emprego pra quem é do campo, não consegue se identificar com os temas abordados em sala de aula e acabam se desinteressando, muitos criando até tumultos em salas de aula, pois eles têm que permanecer ali, pros pais receberem o bolsa família, se saírem perde o benefício.

Tendo a preocupação, o cuidado e o conhecimento e causa, falar da falta de oportunidade, do desemprego do povo do campo, a falta de educação adequada, de um trabalho cativante e motivador para o povo do campo é complicado, pois há pouco embasamento teórico, a informação não chega ao campo em tempo hábil e isso dificulta a vida do povo; a educação do campo tem que ser pensada como trabalhar esses alunos para se manter na terra, sobreviver da terra, sem que os mesmos sejam conquistados pelas forças dos

grandes empreendimentos, do latifúndio; informação é fonte de vida, por isso o campo está morrendo, muitos lugares a única comunicação que chega é o rádio e a televisão, em outros nem isso chega, e os nossos adolescentes vão para a cidade quando quer aprender e conhecer ou utilizar essas tecnologias, e sem falar do embasamento, nem sabe o que pesquisar ou como pesquisar, conquistados pelos meios de consumo deixa suas terras e suas famílias e vão para as grandes cidades atraídos pela possibilidade de ter e poder.

Em todo o território brasileiro, por meio de indicação do MEC as escolas hoje adotaram a coleção girassol, o livro didático que fala um pouco do campo, mas os professores não estão preparados para trabalhar o mesmo, e são impostos a eles regras que não são contestadas de como conduzir provas que aparecem pra todo lado, e a questão que é uma escola rural, escola urbana atendendo alunos do campo, é preciso que seja diferenciada essa educação, pois nessas escolas mesmo localizadas no campo com alunos do campo não trabalham campo.

Dialogar com Roseli Caldart faz pensar em uma questão: é possível ter essa extensão ou é impossível fazer esse diálogo com alunos do campo, professores da cidade? O que é trabalhado nas escolas municipais e a proposta que é levada é educação do campo, ou educação rural? Pergunta-se como nasceu essa educação do campo?

A educação do campo nasceu como mobilização/ pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação de lutas dos sem terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (Caldart, 2005, p 71)

Sujeito da educação é muito relativo em cada região. Por exemplo, sujeito da educação vai desde o pessoal da faxina até o professor de sala de aula sem contar primeiramente a família que está presente desde o nascimento da criança, que auxilia no seu crescimento, no seu desenvolvimento e na sua visão de mundo, esses sujeitos são determinantes na vida de uma criança. O

professor sabe e o aluno aprende, nesse contexto diferencia-se Miguel Arroyo quando ressalta quando descreve sobre a educação do campo.

Nenhum educador tem o direito de atuar individualmente, por sua conta e sob sua responsabilidade. Esta é uma lição expressa pelo grande educador e lutador do povo russo, Anton Makarenko, e com a qual compartilhamos. Exatamente porque ninguém consegue ser um verdadeiro educador sozinho. O processo pedagógico é um processo coletivo, e por isso precisa ser conduzido de forma coletiva, enraizando-se e ajudando a enraizar as pessoas em coletividades fortes.
(Arroyo, 2005, p. 123)

Educação do campo, uma política pública de direito, é preciso investigar se este direito está sendo implantado, respeitado e repensado, que inovações estão sendo adotadas, se o projeto saiu do papel de fato e o que temos de educação do campo nas escolas que são poucas, mas está funcionando, e o que precisa para que mais escolas venham a funcionar.

Mas, uma primeira compreensão necessária para nós é de que se o conceito de Educação do campo, como parte da construção de um paradigma teórico e político, não são fixas fechados, também não pode ser aleatório, arbitrário: qualquer um inventado por alguém, por um grupo, por alguma instituição, por um governo, por um movimento ou por uma organização social. Pelo nosso referencial teórico, o conceito de educação do campo tem raiz na sua materialidade de origem e no movimento histórico da realidade que se refere. Essa é base concreta para discutirmos o que é ou não é a educação do campo. (Caldart, 2005, p. 69/ 70)

Nota-se que a educação do campo, como política pública ainda possui um distanciamento do povo e o projeto por falta de divulgação, pois pouco se sabe sobre o que é política pública e não é do interesse de muitos que todos saibam sobre a educação do campo, e contra esse impedimento que recai sobre a educação, não tendo informação é impossível buscar alternativas para o confronto, por isso a luta enfraquece como lutar com a educação, pela educação? Essa educação popular é essencial para os nossos alunos, principalmente para os do campo! Há pessoas lutando para que a educação do campo seja efetiva para todos do campo e a mesma quando aplicada corretamente já comprovou através de resultados de alunos que é uma educação diferenciada e eficiente, Como afirma Miguel Arroyo, (2012):

Os militantes aprendem que a ação estatal de condenação e repressão dos movimentos populares se justifica em que se respeitem às ações e medidas de políticas públicas oficiais: agrária, fundiária, urbana... Que têm como meta avançar na igualdade, na garantia dos seus direitos por métodos pacíficos, de respeito à lei, à propriedade, à ordem de que o estado é guardião. (Arroyo, 2012, p. 147).

Entende-se que a necessidade de uma escola que ensina seus alunos a conviver com as dificuldades, a superar as diferenças, trabalhando com o que se tem, tomando notoriedade e conquistando espaços, mostrando sua capacidade, sem deixar de lado sua cultura, suas vivências e suas histórias de vida.

A educação do campo está tomando notoriedade, nos resultados, na maneira de trabalhar, nas disciplinas, no amadurecimento, e no crescimento pessoal e profissional dos alunos. Onde possui escola do campo, os alunos da mesma estão se destacando, mesmo com poucos materiais que demonstrem como trabalhar, poucos autores discutem como trabalhar a terra sem agredi-la, técnicas de manejo, custo-benefício, produtividade, tipos de solo e o que plantar em cada um, como estudar a terra para adubá-la corretamente, assuntos pertinentes à educação do campo, e ao desenvolvimento de meios para o cultivo da terra que acrescente na economia das famílias do campo, tendo a necessidade urgente de recursos e alternativas para que esses consigam sobreviver no espaço que escolheram para viver. Como afirma Miguel G. Arroyo:

Os coletivos populares trazem longas histórias de inferiorização, opressão com que o padrão de poder/saber de dominação pretendeu produzi-los como subalternos. Com que processos? Que pedagogias desumanizantes, destrutivas de suas culturas, valores, memórias, identidades coletivas são essas tão persistentes na especificidade de nossa história dos povos latino-americanos?(Miguel G. Arroyo, *Outros Sujeitos, Outras Pedagogias*, 2012, p. 12).

Nesse contexto percebe-se que a educação do campo é novidade no quesito divulgação e aceitação das pessoas, está ganhando espaço, apesar do preconceito e a discriminação que existe, o que busca é que a história do povo do campo seja escrita com outro olhar, com perspectiva de melhoria e

crescimento e que a visão de um povo “Jeca Tatu” seja extinta de vez e que a nossa educação consiga transformar as pessoas e que as mesmas consigam acabar com o trabalho infantil, com o número de adolescentes grávidas, com a fome, a violência doméstica, sexual, simbólica e que essas pessoas saem do ciclo vicioso. Meus avós e pais fizeram assim, eu também serei assim, que saem desse conformismo, que isso não vai mudar, pois desde os antepassados se falava em mudança e até hoje está assim; a realidade na educação, e desemprego é alarmante a necessidade de mudança na educação é urgente. É O que observa Theresa Adrião (2001):

Dada a expansão do ensino fundamental à população em idade escolar, a ação governamental pode voltar-se para intervenções no interior dos sistemas, sanando sua improdutividade por meio da adaptação da estrutura lógica organizacional atual prioridade: a correção do fluxo escolar e a qualidade padronizada do serviço prestado, a qual possui no conceito de ‘necessidades básicas de aprendizagem’ um referencial ‘globalizado’ para desempenho da escola básica (Adrião, 2001, p.57).

Em relação ao conceito educação do campo ser tratados somente em Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), é um assunto que precisa ser repensado, pois se o que diz é que temos que conhecê-los, e como vai nos respeitar se não nos conhecem. É importante que nossa história seja apresentada a eles como foi imposto até hoje a nós que aprendêssemos história da gente da cidade é preciso conquistá-los com a história de conquista e luta do povo do campo e para isso é preciso que nossos livros façam parte das bibliotecas escolares, municipais, em algumas ou maioria das cidades nunca ouviu falar sobre o assunto, o poder público vire os olhos para realidade, enxergar o povo do jeito que eles são, da forma em que vivem, e não só como um voto a mais, e que a gestão de projetos e políticas busque conhecer, entender e fazer algo pro povo do campo.

É preciso considerar primeiramente, que gestão de políticas envolve vários elementos e conflitos de interesses. Muitas vezes, as políticas e a gestão se apresentam de maneiras diferenciadas no que se refere à proposição e a materialização nos diferentes contextos. Como destaca Lucia Valente (2008, p.10) “as políticas e a gestão da educação no Brasil, materializadas em ações políticas e programas são marcadas

de um modo geral pelas rupturas, caracterizando políticas de governo e não de estado". (Camini, 2013, p. 50)

Com base nesse relato, nota-se que a educação no Brasil é uma educação de governo e não uma educação de Estado, ainda tem-se uma educação que muda a cada governo, não se ensina em Minas Gerais que se ensina em outros estados, pois nos outros estados se utiliza uma educação de estado e não de governo, os alunos ficam em defasagem com os outros de lugares diferentes e observa-se que é alarmante na hora das provas que são a níveis de estado.

Conforme Paro (1997), diante disso se expõe a constatação de que os objetivos da educação não são apenas diferentes da empresa capitalista, mas antagônicos a eles. Ao passo que a primeira, enquanto mediação necessária à humanização do homem, deve buscar a liberdade, articulando-se com valores universais; a segunda ao ter que se opor aos interesses da imensa maioria, faz uso da dominação transitando, assim, no âmbito da mera necessidade. (Camini, 2013, p. 50).

CAPÍTULO II - A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DO OLHAR DO PRONACAMPO

O Pronacampo é um apoio técnico e financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para à implantação da política de educação do campo, tornando possível à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, fazendo melhoria na infra-estrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino. O mesmo tem ações voltadas à permanência e acesso do aluno à escola valorizando a cultura da população do campo.

No Brasil do século XX pra cá o agricultor familiar se tornou o centro das atenções, visto que isso se deu por meio de lutas para obter o reconhecimento, pois, por muito tempo, famílias que viviam com tão pouco estavam longe dos discursos dos governos e isso começou a mudar depois que os agricultores se uniram pelo mesmo objetivo. Dessa forma GORJEM destaca:

A Agricultura Camponesa busca caminho próprio na sua valorização através do associativismo e ao cooperativismo, da produção, da produção para autoconsumo familiar, da economia solidária, da industrialização e do mercado local e regional, reconstruindo a diversidade econômica, com sementes e raças crioulas, biodiversidade vegetal e animal e construindo uma vigorosa base de conhecimentos e recursos tecnológicos orientados por modelos de produção ecológicos. Nesta perspectiva a agroecologia torna-se uma arma poderosa nas mãos dos camponeses (GORGEM, P.10, 2004)

Sabe-se que a classe camponesa depara com várias dificuldades de ordem natural e econômica. A Agricultura por falta de recursos de incentivo, a imigração do povo camponês, o que é complicado, e para que a frase mais utilizada, à expressão “viúvas de marido vivo” é muito usada para definir as mulheres que ficam à espera de seus maridos quando viajam para adquirir dinheiro para o sustento familiar. Nota-se que hoje também é frequente a ida

de mulheres e adolescentes para ajudar na renda doméstica e garantir uma vida melhor entre safras.

Contudo a agricultura familiar só garante o seu papel se os agricultores se mantiverem unidos em busca de novos rumos para garantir a produção agrícola do país. Essa união pela mesma perspectiva que levaram os agricultores familiares a lutar pelos seus direitos e alcançar o seu espaço na sociedade, segundo Lakatos e Marconi (1995) nesse sentido:

As coisas não existem isoladas, destacadas umas das outras e independentes, mas como um todo unido e coerente, tanto natureza como a sociedade são compostas de objetos e fenômenos ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo influenciando-se reciprocamente. (Lakatos e Marconi, 1995 p20).

Os esforços dos agricultores familiares nos últimos tempos foram para obter uma melhoria nas condições de vida da família rural principalmente os pequenos agricultores e para que isso acontecesse há a necessidade de uma versão de prioridades nas políticas públicas, pois no Brasil estava ocorrendo um desenfreado processo de migração. As famílias com pouca estrutura principalmente em Minas Gerais estavam deixando suas moradias e migrando para as grandes cidades para morar em periferias em busca de melhores condições de vida, mas não foi isso que ocorria, pois com a busca pouca estrutura financeira eles estavam desprovido dos instrumentos ex: (Máquinas de arar, gradear ou sugar ou até mesmo roçar e fazer curva de nível) mínimos para enfrentar a realidade urbana, dessa forma alastrou-se mais ainda a desigualdade social gerando violência, miséria e fome. Muitos anos de desprezo e exclusão se passaram. Os pequenos agricultores não tinham acesso a crédito com subsídio. Os juros cobrados pelos bancos eram abusivos e os preços dos produtos agrícolas estavam baixíssimos. Muitos agricultores familiares em sua maioria nem entravam em banco. Os poucos que entravam não saíam, pois as taxas e os juros eram tão altos que a dívida ficava impagável e esses eram mais um dos motivos que faziam muitos abandonarem a roça e engrossar a fila dos desempregados nas periferias, e quem queria permanecer no campo trabalhando não tinha onde agarrar para resistir, sabese que em 1978, o Brasil vivia queda ditadura militar, onde as mobilizações do povo eram

proibidas e quem ousasse se levantar era perseguido, preso, torturado e até morto, e isso ocasionou anos mais tarde em lutas pela sobrevivência, como nos mostra na cartilha produzir comida para o povo brasileiro do MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), que diz:

O povo se reorganiza clandestinamente” ou nas comunidades de base e nas pastorais da Igreja até que no ABC Paulista (região que compreende as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano), onde estão às grandes indústrias metalúrgicas (carros, caminhões, peças, etc.), os operários se levantaram para lutar por seus direitos, era proibido fazer greves, mas como os patrões não queriam ceder, os operários fizeram greves; foram ameaçados e reprimidos, mas não recuaram. Grandes assembleias operárias impressionaram tanto o país, uma liderança se destaca: O metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido pelo apelido Lula, presidente do sindicato de São Bernardo, Lula e outras lideranças são presos, a greve acaba, mas a chama da luta estava acesa em todo o Brasil e a ditadura militar ferida de morte (MPA dezembro de 2002, p. 07)

Contudo observa-se que foi depois de muito debate que nasceu a luta popular, acontecendo a construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Diante dessa vitória, a base trabalhadora encontra forças para continuar na luta, tanto que no ano de 2002, ganhando forças ao eleger o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, viram novos horizontes para a agricultura familiar. Dessa conquista surge a esperança e a certeza que é através da luta coletiva de resistência do povo que terá oportunidades e a realidade será transformada. Sendo aplaudido pela primeira decisão; combater a fome, sendo que no Brasil nessa época havia 53 milhões de brasileiros que estavam na linha da pobreza passando fome, e para isso criou a Secretaria Especial de Emergência Social, aplicando o Programa Fome Zero, estimulando e incentivando os agricultores familiares, fortalecendo a frase do escritor Morelli, que diz: “... Não seremos um povo culto e forte sem que as pessoas se alimentem para ter vida com saúde. Com miséria e fome não existe e nem sobrevive democracia nenhuma...” (MORELLI, p.12. 2010).

Entende-se que a agricultura familiar é a base do sustento da família brasileira, e que cada vez mais está crescendo, mesmo que alguns pequenos agricultores têm essa atividade somente para a subsistência não transformando a mesma em fonte de renda, a maioria deles conseguem expandir e vender seu

cultivo, observando que em Minas Gerais, em especial no Vale do Jequitinhonha, a luta diária dos agricultores é para manter comida na mesa todos os dias, tendo destaque no cultivo de feijão, milho, mandioca e na produção de leite. Esse destaque só aconteceu a partir do incentivo à agricultura familiar através dos programas de governo. Os agricultores passaram a ter acesso aos financiamentos e facilidades públicas, tendo o apoio da assistência técnica e extensão rural, a presença dos agentes técnicos passou a ser constante no campo, auxiliando o agricultor no trabalho, uma vez que a agricultura familiar é indispensável na produção de alimento como remete Carvalho (Org.).

... “Estudos comprovam que a agricultura de base familiar, praticada predominantemente por pequenos agricultores, é a que mais capacidade teria para produzir alimentos a menores custos, com menos investimentos e menor dano ao ambiente.” (Carvalho (org.) p.22. 1998).

Hoje nota-se que a agricultura familiar se tornou indispensável no quesito produção de alimentos saudáveis, mesmo que essa realidade continua mudando, pois muitos agricultores estão usando agrotóxico até nas menores plantações, ainda tem um número considerável com uma produção orgânica. Nos dias atuais, conta-se com uma produção de alimentos orgânicos para a merenda escolar nas escolas de Minas Gerais, pois o trabalho e incentivo à alimentação saudável nas escolas tem-se intensificado, e que por consequência tem contribuído no ensino escolar, e os professores e educadores use os temas transversais para mostrar a importância de utilizar produtos orgânicos, valorizando a produção familiar e propiciando o desenvolvimento local.

De acordo com a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (1994).

Segurança alimentar e nutricional é a condição em que se garantem a todos os acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente, com base em práticas alimentar saudáveis, respeitando características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar e, também sem comprometer o sistema alimentar futuro, realizando-se em bases sustentáveis”. (Conferência Nacional de segurança Alimentar e Nutricional, 1994, p. 14).

Enfatizando o que descreve o autor, que foi graças à primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar e nutricional que fortaleceu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que já existe desde 1995, sendo um programa de governo que garante por meio de transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar, em todas as séries, incluindo EJA (Educação de Jovens e Adultos) de escolas públicas, priorizando e respeitando produção, hábitos alimentares regionais, propiciando assim o desenvolvimento da economia local e valorizando a agricultura familiar. O programa garante ao agricultor:

- A garantia da venda dos seus produtos o ano todo;
 - Maior facilidade de pagamento pelos produtos vendidos;
 - Incremento da renda familiar;
 - Redução da vulnerabilidade econômica no meio rural;
 - Ocupação e geração de emprego no meio rural;
 - Redução do êxodo rural;
 - Melhoria da qualidade técnica devido ao aumento do capital de giro;
 - Possibilidade de crescimento;
 - Estímulo ao cooperativismo e associativismo;
 - Participação de toda família no processo produtivo.
- (CECANE – UFOP/MG/ES p. 44. 2010.

O Programa de Alimentação Escolar está beneficiando a agricultura familiar sendo um forte aliado no desenvolvimento da economia dos municípios o que mostra a Apostila Agricultura Familiar na alimentação Escolar que os benefícios para o município são:

- Melhoria e diversificação da economia local;
 - Descentralização da produção e das fontes de renda;
 - Produtos de melhor qualidade na escola;
 - Estímulo da proximidade nas relações comerciais (produtor – consumidor);
 - Melhor qualidade das mercadorias;
 - Facilidade de alterações do cardápio escolar, levando em conta a sazonalidade;
 - Maior possibilidade de compra de produtos agroecológicos;
 - Maior envolvimento do agricultor com a comunidade escolar;
 - Valorização das especificidades locais e preservação dos hábitos alimentares locais;
 - Preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.
- (CECANE – UFOP; MG/ES p.45. 2010)

Nesse contexto o agricultor familiar já faz parte do ensino escolar garantido por lei, o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); Para que o Programa Nacional de Alimentação Escolar seja efetivo é preciso que o agricultor faça parte de associações ou cooperativas, para que todas as famílias trabalhem juntas na produção de alimento e essa venda direta dos produtos agrícolas nas escolas estaduais ou municipais através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que garante o fornecimento dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, como afirma na Apostila agricultura familiar na alimentação escolar, que:

Segundo a lei 11.947, de 16 de junho de 2009, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados aos municípios pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para a aquisição de alimentos destinados a alimentação escolar deverão ser empregados diretamente na compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar, do empreendedor familiar ou de suas organizações. (CECANE/UFOP; MG/ES, p. 5, 2010).

No Vale do Jequitinhonha são realizados cursos de capacitação, administrados por órgãos não governamentais quase em todos os municípios, são analisados as necessidades do município e a partir de então pensado cursos; sendo assim pensou o PRONAF, que foi uma medida tomada pelo governo para proteger os agricultores, implantado em 1990, ganhando melhorias em 2000, tendo a preferência dos agricultores pelo apoio produtivo. Os programas compensatórios tornaram-se programas duradouros, econômicos, produtivos sendo bem distribuídos nas regiões. Marongon (2003) destaca que:

Sobreviver na agricultura é um grande resultado. A sobrevivência é medida por sua permanência na atividade que se dá quando ela resiste às forças que a empurram para a exclusão, isto é, quando ela se torna competitiva, mas não basta sobreviver, é preciso prosperar, crescer e desenvolver. (Marongon, 2003, p.23).

Há vários programas nacionais de apoio à Agricultura familiar que buscam a melhoria da qualidade de vida da população incentivando e auxiliando no manejo e crescimento da renda familiar. Alguns desses programas relacionados a assentamentos e a agricultura familiar são:

- Programa Luz para todos;
- ATES (Programa de Assessoria Técnica, Social e ambiental à Reforma Agrária);
- PAC (Programa de Consolidação e Emancipação – AutoSuficiência – de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária);
- PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), que apóia projetos como a EJA (Educação de Jovens e Adultos).
- REDENSAN, que é uma rede integrada de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional constituída pelos programas banco de alimentos, cozinhas comunitárias, e restaurantes populares.
- PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e o PAA (programa de Aquisição de alimentos). (Agricultura familiar na alimentação escolar, CECANE, 2010. P. 28).

Hoje com todo apoio a esses programas temos o Pronacampo, que é o ensino de técnicas de fortalecimento e incentivo aos agricultores, auxiliando na educação com o ensino dentro da escola, fornecendo livros didáticos que esteja dentro da realidade do campo; com educação continuada aos professores, cursos que ensine os professores e mostre a realidade do aluno, melhorando as técnicas de cultivo dos produtores para que possam ser os entregadores dos alimentos que farão parte do cardápio escolar, aumentando assim o desejo de aprender dos alunos e a vontade de ficar no campo, pois será uma renda extra e o que acontece na maioria das vezes é a evasão para procurar auxílio de renda com o corte de cana ou a colheita do café para a sobrevivência. Tendo essas técnicas de manejo e cultivo, conseguem trabalhar na terra e dali tirar a renda familiar, não tendo assim a necessidade de ir embora de suas terras. Assim a revista SEMEANDO 2010, uma revista que fez parte do projeto da escola estadual que enfatiza a vida no campo, e como trabalhar no mesmo, utilizando os recursos disponíveis no local e adaptar os materiais que os agricultores já possuem, ressalta que:

O campo não se limita somente à produção de alimentos, ele tem muito a mostrar quando se fala em reaproveitamento e combate ao desperdício, daquilo que seria descartado surgem novos alimentos, ornamentos para decoração e adubo para lavouras, essa reutilização de subprodutos agrícolas permite

viajar na imaginação e confirma na prática que no campo tudo pode ser transformado”. (Simões e Neve, p.30, 2010).

Percebe-se que a agricultura familiar é uma mistura de oportunidades, uma vez que no campo tudo se aproveita. No estado de Minas Gerais isso não é diferente. Os pequenos agricultores plantam em pequenos espaços vários cultivos o que melhora o solo e ajuda na renda familiar. Todavia esse crescimento vem acompanhado por parcerias como a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), que desenvolve e compartilha o conhecimento do sistema produtivo, organizando o desenvolvimento sustentável rural, visando o exercício da cidadania, disseminando conhecimento, informando e formando produtores, produtoras rurais e família. Os pequenos agricultores de base familiar é a prioridade do trabalho da EMATER, a mesma tem o compromisso com o sucesso dos trabalhadores rurais e agricultores sem terras e suas famílias, sendo o seu trabalho; planejamento, coordenação e execução de programas de assistência técnica e extensão rural visando aumentar a produtividade, a renda líquida, melhorando as condições de vida do meio rural, contribuindo para a geração de emprego, orientando e incentivando o programa de crédito rural que atende os agricultores de baixa renda permitindo o emprego de inovações técnicas de melhoramento nos sistemas de produção e conseqüentemente obtendo maior produtividade e renda, tendo como apoio o CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) que discute linhas de crédito, motivando os agricultores a produzir em pequeno espaço e isso proporcionou um crescimento memorável, pois com o acesso ao crédito quem produzia ou produzia pouco, passou a produzir e a consumir mais. De acordo com Gorgem ofm 2004:

A agricultura camponesa, porém, tem resistido bravamente ao longo da história do Brasil produzindo em pequenas áreas, com trabalho familiar, com busca contínua da autonomia tecnológica, produzindo para o mercado local e interno, num sistema complexo e integrado de policultivos (produção diversificada com muitos cultivos) e de combinação entre produção camponesa no Brasil tem sido até hoje a história da resistência camponesa”. (Gorgem ofm 2004, s/p) .

O campo vem buscando alternativas para que não seja esquecido, percebe-se isso com a busca por caminhos próprios para a sobrevivência traçado pela agricultura familiar camponesa, o camponês viabilizando o seu modo de viver por meio de associativismo e do cooperativismo de modo que produza o auto consumo familiar é o que destaca Gorgem ofm, p. 11 que: “A agricultura camponesa não é só um jeito de produzir no campo, é um modo de viver. É uma cultura própria de relação com a natureza. É uma forma diferenciada de vida comunitária”. (Gorgem ofm. 2004. P. 11)

A realidade da agricultura familiar nos últimos anos tem melhorado bastante, o que se tem pensado em como continuar os caminhos dos antepassados sem esquecer-se das raízes, utilizando as novas tecnologias sem deixar se escravizar por elas, conservando os costumes, preservando a cultura e a boa vivência no campo, utilizando de informação, é preciso que a educação melhore em todos os ângulos, pois sabe-se que em Minas Gerais é alarmante, pois são milhares agricultores analfabetos, e isso é preocupante, pois isso contribui para a falta de formação, e isso impediu que os agricultores buscassem novos conhecimentos e encontre no campo formas de produzir para que possam viver. Nota-se que o uso das tecnologias pelos agricultores no campo tem sido frequente para produzir a diversidade de produtos como nos mostra no livro os novos desafios da agricultura camponesa do Frei Sérgio Antônio Gorgem ofm p.11 sobre as marcas da agricultura camponesa:

A diversidade camponesa inclui desde os camponeses proprietários privados de terras aos posseiros de terras públicas e privadas, desde camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores, artesanais lavradores, os catadores de caranguejos e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco, babaçu, os açazeiros, os que usufruem dos fundos de pasto até os arrendatários não capitalista, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão, desde camponeses quilombolas às parcelas dos povos indígenas já camponeizadas, os serranos, os cobrados e os colonizadores assim como os povos das fronteiras do sul do Brasil; e os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária”. (Carvalho et al Gorgem ofm p. 11, 2004).

No Vale do Jequitinhonha, a diversidade cultural é bem nítida, advindas das diferentes raízes culturais, da relação dos agricultores com a natureza, a

diversidade da produção nos diversos biomas, a maneira diferenciada de cultivo nos inúmeros agroecossistemas, nos centenas de microclimas, a forma de conviver com as especificidades de cada local, produzindo de forma integrada sem agredir a natureza, sendo possível a convivência entre ser humano e natureza. Nos dias atuais o agricultor se encontra amparado pelas políticas públicas, mas estamos em uma era em que o fortalecimento das tecnologias traz vantagens e desvantagens para o meio rural em se tratar em desvantagens, pode-se ressaltar Gorgem:

As grandes indústrias multinacionais do ramo de alimentos, insumos agrícolas, agrotóxicos, biotecnologia, medicamentos, etc., querem impor ao mundo este novo modelo tecnológico porque através dele controlarão mais de 70% do mercado de alimentos negociados no mundo, este modelo já foi implantado nos Estados Unidos e na Argentina, na Europa e na Índia há resistência e reação contra ele. O Brasil, um país grande produtor de alimentos, passa a ser um dos palcos principais desta disputa. Por isto tanta insistência em nos fazer engolir goela abaixo de agricultura transgênica. (Gorgem. 2004, p. 38)

No Vale do Jequitinhonha a agricultura familiar é vista como uma boa oportunidade de sobrevivência, mas o Vale ficou conhecido caluniosamente como o Vale da miséria ou da pobreza, um lugar que não produzia. E basicamente todos os pais viajavam para o corte de cana, e isso acontece hoje com toda a família, o pai, a mãe e os filhos que já aguentam vão para a colheita do café geralmente no sul de Minas Gerais, e os que não aguentam ficam com os avós, os adolescentes vão para a colheita e nesse período para de estudar e só volta quando acaba a colheita, ficando em defasagem escolar e com as notas atrasadas, tendo que fazer as provas tudo ao mesmo tempo quando chegam; a complementação da renda familiar, hoje também se dá através do Bolsa Família e do Brasil Carinhoso, mas isso não é suficiente, é necessário oportunidade de trabalho para que essas pessoas possam ficar no local onde moram, bom que o pequeno agricultor nunca perde a esperança de vencer na vida, contudo destaque-se que:

E é o fato de que o campesinato constitui em modo ser uma comunidade, uma cultura, toda uma visão do trabalho, do produto do trabalho e da divisão do produto do trabalho é que faz do campesinato uma força relevante. Isto é, é que coloca o

campesinato como uma categoria que mostra para a sociedade não uma participação política uma força, mas também um modo de ser. Aponta e “reaponta continuamente uma outra forma de organizar a vida”. (Ilan ai, apud Gorgem, 2004, p.85).

Nessa perspectiva, a agricultura familiar tem superado obstáculos, por exemplo, a escassez das chuvas e a falta de água com o programa mobilização e formação para a convivência com o semiárido, mais de um milhão de cisternas rurais - P1MC, programa idealizado no ano de 2001, através da rede de entidade denominada ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), o P1MC ganhou mais força em 2003 quando foi incluído no Programa Fome Zero, esse programa viabilizou por meio de convênio do governo federal e a ASA, a construção de cisternas de placa de cimento e coberta com as mesmas placas, e que por meio do sistema de calhas colocados nos telhados são armazenadas a água da chuva que ajudam as famílias a suportar o período da estiagem. Para Lucas e Hoff (2008).

O P1MC é a concepção do trabalho da ASA são importantes no sentido da mobilização social e afirmam que a construção de cisternas não é a finalidade última do programa, mas a fratura que se cria na compreensão estereotipada da seca e da Caatinga, como algo que deve ser combatido e eliminado. (Gomes et al. 2009. p.3).

O P1MC vem contribuindo para o desenvolvimento do semiárido mineiro, levando água potável a milhares de famílias no Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas, sendo um lugar de vida difícil, onde as mulheres buscavam água em potes na cabeça a longas distancias, mas essa realidade tem mudado, com o programa de convivência com a seca esse cenário tem mudado e pode-se ver que é possível conviver com o semiárido, o P1MC veio para complementar essa mudança junto com outras organizações que atuam no semiárido levando o incentivo e o desenvolvimento sustentável e com tecnologia simples. Isso nos mostra na cartilha ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro) que: O P1MC é destinado às famílias residentes na zona rural dos municípios da região semiárida brasileira sem fonte de água potável nas proximidades de suas casas com precariedade nas fontes existentes (ASA).

O Programa P1MC facilitou a vida dos agricultores que moram no semiárido levando conforto e desenvolvimento rural, pois com uma cisterna de 16 mil litros, as famílias conseguem ter uma melhor qualidade de vida. Isso nos remete a cartilha da ASA (Articulação do semiárido Brasileiro) que diz:

O P1MC é um programa de tecnologia simples adaptável a qualquer região, esse reservatório que armazena água da chuva colhida nos telhados das casas, caracteriza-se como elemento agregador de vários anseios das famílias do semiárido. A cisterna supre a necessidade das pessoas de ter água para beber, cozinhar e escovar os dentes, disponível em quantidade suficiente para atender a demanda da família nos meses de escassez de chuva na região, de boa qualidade melhorando a saúde, e perto de casa, evitando as longas caminhadas em busca do que beber. (ASA, 2011, 2)

Os programas de captação de água da chuva foram criados a partir de uma necessidade do povo do campo, e isso tem beneficiado e melhorado a vida das famílias camponesas, pois o que se vê é a chuva cada vez mais demorando a cair, a seca aumentou-se, e os reservatórios já não dão conta mais de abastecer as cidades imagina o campo que já não tinha água, ultimamente isso tem melhorado com o P1MC, o P1+2, e chegando agora uma outra tecnologia, a represa subterrânea. O que de acordo com a publicação da política Nacional da Saúde (PNPS) editada pelo ministério da saúde em 2006, está no intuito de:

[...] Promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidade e riscos à saúde relacionando aos seus determinante e condicionantes, modos de viver, condições de trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, acesso a bens e serviços essenciais [...] (BRASIL, 2006).

O Pronacampo é um programa que veio para fortalecer todos esses outros programas, ensinando técnicas de como utilizar os recursos conseguidos pelo PRONAF, a trabalhar com a irrigação utilizando a água das cisternas de captação de água das chuvas, implantando os recursos. Lançou agora mais um projeto que é a convivência com o semiárido que é mais uma linha de crédito para o agricultor familiar trabalhar com a água, seja na procura ou no trabalho da água já represada. Nesse mês de setembro iniciou o safra que é subsidio para agricultores que perderam 75% do plantio. O Pronacampo como um educador e incentivador de técnicas de remanejamento têm

favorecido a vida da mulher e do homem do campo; na educação, ele proporciona aos professores uma educação continuada, aos alunos livros específicos que trabalha a cultura do povo do campo e ensina técnicas para que os alunos possam conviver; viver e sobreviver na terra, sendo tão interessante, pois os outros livros não valorizam nem ensinam como o agricultor pode trabalhar na terra, quais as técnicas de melhoramento existente. Os livros que compõem a coleção proposta pelo pronacampo, vai de encontro com a realidade do povo do campo, falando a mesma linguagem e mostrando as alternativas que o povo do campo possui, ensinando, incentivando e financiando a convivência com a seca principalmente, capacitando os professores pra trabalhar de encontro com a linguagem do livro e dos alunos, isso na educação do campo é uma conquista e tanto, pois os nossos jovens não tinham essa aprendizagem que ia de encontro com a realidade deles, e não sendo possível essa adequação saíam da escola para viajar para outros lugares, agora esse cenário está mudando, sabendo como trabalhar e com o incentivo os jovens começaram a perceber a necessidade de cultivar a terra e viu no pronacampo esse apoio e na educação do campo essa informação e conquista.

CAPÍTULO III

Análise dos Eixos do Pronacampo e como cada um influencia na educação do campo e na Agricultura Familiar

O Pronacampo é um programa de apoio financeiro e técnico aos estados e município, que visa a implementação de uma educação do campo, tendo como base da política a ampliação do acesso e a qualificação da educação básica e superior, buscando melhorias na infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada para professores, tendo como recurso base a disponibilização de materiais específicos aos estudantes do campo e comunidades quilombolas. O Pronacampo busca ações que possam manter o acesso e a permanência dos alunos na escola, que conquiste o aluno pela dinâmica de aprendizagem e a valorização cultural de cada aluno cada um com sua especificidade. Os programas que dão ênfase e procura de alguma forma auxiliar os pais que possa manter os filhos na escola.

O Pronacampo foi escrito com quatro eixos, que acredita contemplar as defasagens e das necessidades da educação do campo, são os quatro eixos:

- Eixo I: Gestão e Práticas Pedagógicas;
- Eixo II: Formação Inicial e continuada para professores;
- Eixo III: Educação de Jovens e adultos e Educação Profissional;
- Eixo IV: Infraestrutura Física e Tecnológica.

Cada eixo é construído por programas determinantes que situa e contempla cada eixo em sua especificidade, tendo como base a educação no geral, se bem aplicado contemplará cada pessoa que fazem parte da educação, ou seja, todos, porque direto ou indiretamente tudo esta interligado, sem um o outro não funciona.

O eixo I é composto pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo; Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE Temático; e Mais Educação Campo.

O eixo II é Formação Inicial e Continuada de Professores; Escola da Terra.

O eixo III é Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional EJA Saberes da Terra; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Campo.

O eixo IV é Infraestrutura Física e Tecnológica, Construção de Escolas; Inclusão digital; Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE Campo; PDDE Água e Esgoto Sanitário – Programa Dinheiro Direto na Escola; Luz para Todos na Escola e Transporte Escolar.

São quatro eixos em uma totalidade de doze programas, esses programas visam a melhoria da infraestrutura e qualidade da educação já oferecida no campo, mas como toda política pública tem que ser supervisionada e que as cobranças seja feita com acuidade não dando espaço dos interesses mudarem no meio do caminho, em cumprimento dos objetivos, o Pronacampo é excelente no papel, com a fiscalização e monitoramento poderá ser muito bom na realidade aplicada. Como afirma Miguel Arroyo, isso será possível graças aos movimentos que estão com mais conhecimento das políticas e inteirados dos deveres e direitos da classe trabalhadora

Os movimentos de trabalhadores têm denunciado que o sistema teima em se proclamar a porta para a igualdade social e condena milhões de negros, mulheres, dos campos e das periferias à desigualdade de um dos direitos mais básicos do ser humano, o direito ao trabalho. A concorrer com um diploma no desigual mercado de trabalho. Na maioria dos países essa perversa função desigualizante do sistema escolar já é contestada. Em nossa cultura política extremamente segregadora dos setores populares e de seus (suas) filhos (as), essa função é um tabu intocável. É mais fácil prometer escola de qualidade, letramento na idade certa, provas nacionais unitárias por desempenhos do que mexer na cultura e nas estruturas escolares, seletivas, segregadoras, reprovadoras, que condenam ao trabalho informal, de sobrevivência, de milhões de jovens e adultos reprovados, sem o carimbo da escola para concorrer sequer no mercado de emprego. O sistema ou a política nacional de avaliação por resultados

homogêneos termina reforçando esse papel do sistema escolar de selecionar o direito ao trabalho. (Miguel Arroyo, p. 235. 2012).

Espera-se que esse ciclo vicioso que foi construído até hoje seja transformado com a educação do campo, acreditando que com a luta dos movimentos sociais, as denúncias, a nossa responsabilidade, compromisso político ético que irão nos acompanhar por toda a vida, essa vida será de perto supervisionada por nós e sempre haverá tentativas de reorganização de ações, pois esse sempre foi e sempre será o nosso paradigma que rege nossa vida, a nossa luta. E como nos motiva Paulo Freire.

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente, tornado se cada vez mais intolerante e o universo de um futuro a ser criado, construído, político, estética e eticamente por nós mulheres e homens. (Paulo Freire, p. 19, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação do campo, e a agricultura familiar são duas categorias distintas que precisam caminhar juntas, pois no campo os homens não conseguem viver sem agricultura e a educação do campo que trabalha uma educação diferenciada para esse povo que mora no campo, torna cada vez melhor a convivência no campo. Na escola, a criança aprende a aperfeiçoar o que já foi ensinado pelos pais em casa, e com essa educação que fale a linguagem deles é extremamente essencial para o crescimento pessoal e de sobrevivência dos mesmos, tendo agora o incentivo do pronacampo, tudo isso pode melhorar e muito a vida das pessoas do campo.

O direito a alimentação começa pela luta contra a fome, ou a garantia de todo o acesso diário a alimentação, e por meios também de produção e de adquirir alimentos seguros e saudáveis.

Para Darcy Ribeiro, a saída para reduzir a injustiça social brasileira era uma escola com no mínimo seis horas diárias de atividades e funções que fossem além do ensino e da aprendizagem. Ele imaginava um espaço de instrução, orientação artística, desenvolvimento das ciências, assistência médica, odontológica e alimentar e práticas diárias orientadas, como tomar banho ou escovar os dentes, e, principalmente um local de formar cidadão crítico. Há quem diga que essas coisas se aprendem em casa.

É verdade, mas numa minoria de lares isso acontece. A escola que Darcy defendia estava voltada para as crianças de classes populares, que muitas vezes só contam com ela para se educar e crescer. (Livro História da Educação Brasileira, p.109)

Em ampla revisão de literatura nacional e internacional sobre evasão escolar e repetência no ensino do 1º grau, BRANDÃO, BAETA e ROCHA (1983), citando os estudos de GATTI (1981), ARNS (1978) e FERRARI (1975), explicitam que “os alunos de nível socioeconômico mais baixo tem menor rendimento e, de acordo com alguns autores, são mais propensos à evasão”.

SOARES (1992: 10-3) afirma que essa culpabilidade da criança, é observável naquelas teorias que explicam a ideologia do dom e a ideologia da deficiência cultural. Segundo a autora, estas ideologias, na verdade eximem a

escola da responsabilidade pelo fracasso escolar do aluno, de um lado por apresentar ausência de condições básicas para a aprendizagem, e de outro, em virtude de sua condição de vida, ou seja, por pertencer a uma classe socialmente desfavorecida, e, portanto, por ser portador de desvantagens culturais ou déficit sócio culturais. (Livro História da Educação Brasileira P. 167)

Assim frente à falta de emprego e renda, o problema de ocupação de assentamentos subnormais vem se agravando nos últimos anos, expondo milhões de brasileiros a condições de vida, principalmente a habilitação a saneamento e a condições de higiene. (HELLER, 1989).

A partir da compreensão de que uma ação intersetorial, uma parceria, existe na medida em que “ambas as partes envolvidas trabalhem juntas para atingir um objetivo comum, resultando em benefícios para todos” (Rocha, 2008).

Os agricultores que antes não dispunham da abertura econômica do país, nos centros das discussões econômicas tanto no pensar das dificuldades existentes quanto vitórias já alcançadas.

A agricultura se depara com várias dificuldades ordem econômica e natural no que se concerne a Minas Gerais, pode se citar, por exemplo, a escassez de chuvas e conseqüentemente a falta de água. A grande tarefa a ser empreendida, passa a garantia uso eficaz do clima, para que possa garantir e ensinar aos agricultores como recursos naturais podem aprimorar e melhorar aquilo que eles já sabem fazer.

Sabe-se que acostumar-se com a escassez de água é um processo doloroso principalmente no âmbito do semiárido Mineiro, que priva os agricultores do desenvolvimento mais rápido e com qualidade, para isso instituições como a ASA, juntamente com o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) que desenvolvem programas para captação de água das chuvas.

A agricultura familiar faz parte do mundo, e a produção da mesma garante o sustento de muitas pessoas e mantém os mercados do país, sendo sempre destacada em jornais, revistas e programas de TV, além disso, pode se vê hoje que também já faz parte dos destaques dos livros didáticos.

Em si, hoje a agricultura familiar garante a merenda escolar, garantindo assim a segurança alimentar e nutricional de muitas crianças apoiadas pelo

PROSAN (Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional), através do CONSEA (Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais), isso é um motivo a mais para o aumento da produção e para maiores aquisições econômicas e maior apoio de órgãos como exemplo a EMATER, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), prefeituras e até os Bancos.

A agricultura familiar é uma prática que vem sendo desenvolvida décadas após décadas; prática esta que vem sendo repassada de geração em geração, e o passar dos anos foram cruciais para demarcar as mudanças ocorridas sempre sendo praticada a fim do sustento familiar e encontrou novos rumos a partir do desenvolvimento das máquinas, que apesar dos agricultores não possuírem poder econômico para aquisição de tais encontraram apoio das prefeituras que incentivavam para criação de associações comunitárias que podem através de seus presidentes adquirir bens que vão ajudar no desenvolvimento dos agricultores das comunidades.

A dificuldade encontrada pelos agricultores familiares em Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha para o desenvolvimento da economia local; cada vez mais a agricultura torna se necessária para o desenvolvimento do país, e em Minas Gerais, não são diferentes, os agricultores encontram várias dificuldades para o desenvolvimento do cultivo das lavouras, dentre os desafios para tal desenvolvimento da falta de recursos tanto econômico quanto hídricos, só que, no entanto a escassez de água prejudica muito, mais que os recursos econômicos, sabendo disso, Ribeiro e Galizone (2002) apontam.

A água tem sido um campo frequente de pendências. Como é recurso vital para consecução de projetos turísticos, irrigação, geração de energia, a priorização do seu uso para fins que limitem os usos múltiplos e costumeiros feitos pelas populações locais... (Ribeiro e Galizone 2002, p.129)

Sendo assim, há a necessidade do desenvolvimento de alternativas para que esse recurso, que como já foi dito pelos autores, não se torne “bem” de disputa, e é isso que vem acontecendo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social), através da ASA que é formado por entidades da sociedade civil, como ONGs, Sindicatos, Igrejas e Movimentos Sociais, têm feito com que famílias do semiárido mineiro possam sonhar, com o desenvolvimento através da água que é captada da chuva.

Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido, referenciados em valores culturais e de justiça social. Para isso, a Articulação vem desenvolvendo uma série de ações que extrapolam o universo das intervenções emergenciais e de assistência social, mostrando que a vida no semiárido é viável e pode ser digna. A ASA acredita que a água e terra são fatores primordiais para a vida na região. Nessa perspectiva, a articulação busca a garantia do direito a água para consumo humano, além do acesso a água e a terra para a produção de alimentos valorizando o conhecimento gerado pela agricultura familiar e camponesa, visando à soberania e a segurança alimentar e nutricional no semiárido. (ASA.com. P.02)

Nessa concepção vê-se que hoje o mineiro já pode pensar em água para produção, e melhor ainda pensar na agricultura para o sustento e para o aumento da renda familiar.

O agricultor familiar também encontra problemas com a falta de disponibilidade de terra para a plantação já que as que dispõem muitas vezes encontra-se em processos avançados de erosão e o custo para que se possa recuperar tais terras é muito alto e pequeno agricultor não possui recursos financeiros para esse investimento, mas mesmo assim encontra saída.

No Vale do Jequitinhonha, os agricultores familiares formam a maioria da população e exatamente por serem maioria encontram dificuldades para passar 12 meses com a família, já que somente com agricultura familiar não dá pra sustentar a família por esse período, daí viajam para as safras do café, laranja e cana de açúcar em outros estados e por mais ou menos 07 meses.

A agricultura familiar atualmente reflete na transição do modelo econômico do país, visto que estado de Minas Gerais é um dos contribuintes nessa transição de país agroexportador para país subdesenvolvido e nesse processo o semiárido mineiro está ajudando cada vez mais, tendo em vista que o Vale do Jequitinhonha é uma região de área muito extensa que apesar de se esforçar para crescer economicamente ainda sofre com as dificuldades sociais, e isso afeta diretamente os agricultores familiares que lutam para sobreviver com soberania, entretanto os agricultores do semiárido enfrentam a escassez de chuva que geram problemas agravantes, problemas esses que se alastram a algum tempo na região, provocando e miséria.

A presente monografia foi escrita tendo a preocupação de entender o que já está sendo feito no presente para essa sobrevivência no campo, buscando destacar a grande necessidade de uma escola do campo com uma educação do campo para que possa auxiliar na diminuição da imigração de adolescentes para a colheita de café o corte de cana e que os nossos adolescentes não parem de produzir e que cresça economicamente cada vez mais. Que em um futuro próximo os nossos jovens se mantenham na sua terra, informado e formado em uma área que ele consiga trabalhar e permanecer no campo e que sejam grandes nomes na sociedade sem perder a essência e valorizando sempre o local onde vive, e que os agricultores comecem a entrar na universidade não só pelo ENEM, ou sistemas de cotas, mas sim porque essas portas serão abertas para ele pelo conhecimento e valorização do campo e que essa visão não seja exclusiva só das universidades, mas que o reconhecimento venha de todos os lados, a partir de então terá o espaço ideal a que conquistarem.

Em vários aspectos a educação brasileira está em defasagem, precisando de melhorias no termo qualidade, o que não é possível de se pensar é um Brasil de qualidade sem uma educação de qualidade, educação do campo é a diferença.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÃO, Theresa Maria Freitas. *Autonomia monitorada como eixo de mudança* – Padrões de gestão do ensino público de São Paulo (1995-2001).

Tese (Doutorado em educação) – USP, São Paulo, 2001.

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. *P1+2 - Programa uma terra e duas águas*. Recife/PE

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro. *Tecnologias Sociais para convivência com o semiárido - Série estocagem de água para produção de alimentos*. Cisterna - calçadão. Recife/PE 4ª edição, agosto de 2012.

ARROYO; Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ARROYO; Miguel G. *Por uma educação do campo*/Miguel Arroyo, Roseli Salette Caldart, Mônica Castagna Molina, (orgs.), Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação escolar. *Manual de Orientação para conselheiros e agentes envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar*. Brasília, 2006.

BRASIL. Eixo VI: *Justiça social, educação e trabalho: inclusão, diversidade e desigualdade*. In: Documento Final – CONAE – Brasília: MEC, 2010, p.123.

Disponível em [HTTP://www.conae.mec.br](http://www.conae.mec.br)

CAMINI, Lucia, *Política e Gestão educacional brasileira; uma análise do plano de desenvolvimento da educação/Planos de metas compromisso todos pela educação* (2007 – 2009). 1ª ed. São Paulo: outras expressões, 2013 252p.

CECANE – Centro colaborador em alimentação e nutrição do escolar. Escola de Nutrição – Universidade Federal de Ouro Preto. *Agricultura Familiar na Alimentação Escolar*. CECANE – UFOP. MG/ES. 2010.94p.

CÉSAR, Júlio Teixeira, HELLER, Leo. *Fatores Ambientais. Associados a Desnutrição Infantil em Áreas de Invasão*.

Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo (1,; 1998:. Luziânia, GO).

Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo. Por uma Política Pública de Educação do Campo. (2.; 2004: Luziânia, GO)

E63d, 1111, *Documentos Pedagógicos: PPEP – Projeto de Pesquisa e Experimentação Pedagógica/Equipe Pedagógica dos CEFFAs do Brasil*. Brasília: Uniões Nacionais das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil; Arcarfar Sul – Arcarfar Nordeste – Norte; 2010. 48p. it. (Coleção documentos pedagógicos, v.3).

EDUCAÇÃO EM REVISTA/Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação – n. 1 (1985). Belo Horizonte: FaE/UFMG, v.26, n.02, agosto. 2010.

FREIRE, Paulo. In: Brandão, C. R (Org.) *Educador: vida e morte*. BRANDÃO, Carlos Rodrigues; *Educação Popular*. Ed. Brasiliense. 3ª ed. 1986.

MALVF, R. *Abastecimento e segurança alimentar*. Campinas: Unicamp, 2000.

NOVAIS, I. F. J. SILVA, J. M; ANTEZANA, S. L. V; SOUZA, L. S, SILVA, F. B. (org.). *Manual de trabalho de conclusão de curso*. TCC. FINOM. Paracatu. 2011. 56p.

PARO; Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 2.ed.são Paulo:Ática, 1997.

PEREIRA; Magda Maria; Guia de estudo. *História da Educação Brasileira*. Circulação interna. FINOM. 2008.

SAMPAIO, Inaya Maria, SILVA, Polyana Aparecida Roberto. (org.). *Estrutura e funcionamento da educação Básica*. ed, única. 240p. Faculdade do Noroeste de Minas – FINOM. Paracatu/MG.

SAVIANI, Dermeval. Plano de Desenvolvimento da Educação: Análise do projeto do MEC. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.28, n.100, out.2007.

VALENTE, F. L. S. *De o combate à fome a segurança alimentar e nutricional*. In: Direito humano a alimentação – desafios e conquistas. Editora Cortez, SP, 2002.

VALENTE, Lucia de Fátima. Políticas e gestão da educação brasileira no contexto atual: elementos conceituais e desafios, in: *IV Simpósio Internacional o Estado e as políticas educacionais no tempo presente*. Resumos. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008, p.162.